

O PAPEL DO TURISMO E DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS NA REGIONALIZAÇÃO DO NORDESTE BRASILEIRO

RESUMO

O turismo apresenta-se como vetor de desenvolvimento e regionalização do Nordeste brasileiro indicando novas dinâmicas socioespaciais. Neste contexto buscamos compreender o papel da atividade turística na urbanização e na regionalização deste espaço, enfatizando os estados da Paraíba, Alagoas e Sergipe. Desta forma, os procedimentos teórico-metodológicos partem do que entendemos ser as principais ações do planejamento governamental vinculados ao turismo, iniciadas nos anos 1980-90, onde a hierarquia urbana-regional do Nordeste posicionou estes estados como “secundários” na atividade turística, dentro das esferas econômicas. Destarte, a compreensão das desigualdades socioespaciais regionais perpassam pela percepção da produção espacial no contexto da regionalização e metropolização. No que tange às conclusões, percebemos que os efeitos metropolizadores do Nordeste brasileiro motivam a sua regionalização, interligados por uma hegemonia de lugares e controle de decisões em detrimento a outros, estabelecendo-os no patamar de uma região fragmentada, porém articulada em suas lógicas socioespaciais.

Palavras-chave: Turismo, Nordeste, Política governamental.

ABSTRACT

Tourism is presented as a vector of development and regionalization of the Brazilian Northeast indicating new socio-spatial dynamics. In this context we seek to understand the role of tourism in the urbanization and regionalization of this area, emphasizing the states of Paraíba, Alagoas and Sergipe. Thus, the theoretical and methodological procedures start from what we understand to be the main actions of the government planning linked to tourism, which began in the years 1980-90, where the urban-regional hierarchy of the Northeast positioned these states as "secondary" in the tourist activity within economic spheres. Thus, understanding of regional socio-spatial inequalities permeate the perception of space production in the context of regionalization and metropolises. Regarding the findings, we realize that metropolizadores effects of the Brazilian Northeast motivate its regionalization, interconnected by a hegemony spaces and control decisions to the detriment of others, establishing them in the porch of a fragmented region, but articulated in their socio-spatial logic.

Keywords: Tourism, Northeast, government policy.

RESUMÉ

Le tourisme est présenté comme un vecteur de développement et de la régionalisation de l'Nordeste brésilien indiquant nouvelles dynamiques socio-spatiales. Dans ce contexte, nous cherchons à comprendre le rôle du tourisme dans l'urbanisation et de la régionalisation de cette région, en insistant sur les états de Paraíba, Alagoas et de Sergipe. Ainsi, les procédures théoriques et méthodologiques commencent à partir de ce que nous croyons être les principales actions de la planification du gouvernement liées au tourisme, qui a commencé dans les années 1980 à 1990, où la hiérarchie urbaine-régionale du Nord-positionné ces états comme «secondaire» dans l'activité touristique au sein de sphères économiques. Ainsi, la compréhension des inégalités socio-spatiales régionales perméat la perception de la production de l'espace dans le cadre de la régionalisation et métropoles. En ce qui concerne les résultats, nous nous rendons compte que metropolizadores effets du Nordeste brésilien motiver sa régionalisation, interconnectés par un des espaces de l'hégémonie et les décisions de contrôle au détriment des autres, leur mise en place dans le porche d'une région fragmentée, mais articulés dans leur logique socio-spatiale.

Mots-clés: Tourisme, du nord-est, la politique gouvernementale.

Enos Feitosa de Araújo

Doutorando em Geografia/UFC
enosfeitosa@gmail.com

INTRODUÇÃO

O planejamento governamental no Nordeste brasileiro nos anos 1980-90 passa por ações diferenciadas perante as fases anteriores. Se nos anos 1960-70 as ações privilegiavam a industrialização como principal atividade econômica da região – concentrada principalmente nas grandes cidades ou na formação de núcleos e distritos industriais – os anos 1980-90 define-se o “turismo” como principal atividade econômica com aspectos diferenciados principalmente se relacionados a uma “descentralização espacial”.

Estas particularidades do turismo partem da sua capacidade de agregação com outras atividades econômicas como o espraio e a descentralização de suas dinâmicas no espaço. Se a industrialização se assentava preferencialmente em núcleos específicos concentradores, o turismo podia ser “planejado” de forma regional como um “todo” em áreas/microrregiões. Tais questões eram associadas ainda ao *marketing* e propaganda que o Turismo possui – já que ao contrário da indústria – em sua produção espacial, dinâmicas menos agressivas ao meio ambiente, são consideradas, por muitos autores e Estados, como uma atividade economicamente sustentável. (KRIPPENDORF, 2009).

Um outro aspecto turístico é relevante para a compreensão da produção espacial do Nordeste brasileiro em suas variadas escalas: sua vinculação ao processo de urbanização. Esta atividade econômica possui um papel estrutural tanto no planejamento governamental em relação à atração de fluxos nacionais/internacionais para a economia, quanto para a geração de empregos, e também para o efeito *urbanizador* em áreas não propícias às atividades econômicas tradicionais.

Fazendo um paralelo com as atividades tradicionais (agropecuária e industrialização) há várias localidades nordestinas que não possuíam capacidade de reproduzir tais lógicas, e estas vêm no Turismo – notadamente o litorâneo – em articulação com outros setores econômicos, uma atividade econômica significativa para a região. Adiciona-se, aos discursos governamentais voltados ao turismo, uma ideia de “solução econômica” para inúmeras localidades. (BENEVIDES, 1996)

O turismo, ao tornar-se uma das atividades econômicas prioritárias do Nordeste brasileiro, é valorizado e privilegiado como um “espaço” de investimentos públicos e privados. E é com a junção de atividades anteriores e atuais, que o *espaço litorâneo* tem uma função imprescindível na sociedade moderna, como observa Dantas (2002) em sua análise sobre a “litoralização”.

Se passarmos a compreender os espaços litorâneos e seu papel na *sociedade contemporânea* do Nordeste no Brasil perceberemos a necessidade de junção de seus aspectos desde os econômicos (fluxos e localização estratégica), como os imobiliários (a construção de empreendimentos para habitação tradicional como para aqueles relacionados ao turismo), os demográficos (a concentração populacional) os socioculturais (as práticas de lazer, como o turismo litorâneo e vilegiatura marítima em que a beira-mar possui papel principal em sua efetivação).

Moraes (2005), ao avaliar também a gestão da zona costeira brasileira, entende que as características naturais inerentes a ela, são aspectos socioeconômicos que foram anexados, no decorrer dos séculos, entre as suas funções econômicas de períodos anteriores com os atuais, que perpassam não somente por características naturais e econômicas, mas como as de lazer.

Aproximando bastante o foco da análise para o espaço geográfico de seu maior interesse – as zonas costeiras – pode-se levantar interrogações acerca das particularidades da *localização litorânea*. Em termos ainda bastante genéricos, pode-se dizer que se trata de uma localização diferenciada que, em qualquer quadrante do globo, apresenta características naturais e de ocupação que lhe são próprias (...). Portanto, o recorte do “litoral”, justifica-se amplamente como uma mediação geográfica. (...). Para começar, tal proximidade torna os espaços litorâneos as bases terrestres imediatas de exploração de todos os recursos marinhos, dando-lhes uma ampla vantagem locacional (...). A posição litorânea também revela uma favorabilidade

impar no que importa à circulação, detendo a primazia na alocação dos pontos terminais dos fluxos intercontinentais de mercadorias (...). O litoral também particulariza, modernamente, por uma apropriação cultural que o identifica como um espaço de lazer, por excelência, e os espaços preservados são, hoje, ainda mais valorizadas nesse sentido. (MORAES, 2005, p.20-21)

Com estas vantagens naturais, econômicas, sociais e culturais, o litoral é de fato, uma área que sempre concentrou fluxos e fixos econômicos, desde à questão militar quanto o escoamento de mercadorias. O Brasil com seus 7.408 km de percurso contínuo e/ou 9.198 km de faixa litorânea com suas saliências e reentrâncias, possui uma diversidade e grandeza natural considerável perante outros estados e regiões mundiais. (IBGE, 2007).

Mesmo que se apresente alguns paradoxos¹ quanto aos usos dos espaços litorâneos nos séculos XVIII e XIX - no Brasil e na região NE – a costa marítima sempre ocupou lugar de destaque quanto às ações governamentais. Desde à questão portuária, passando pelo cenário político-administrativo (das nove capitais estaduais, apenas Teresina (PI) é localizado no interior do estado, mas possui a cidade de Parnaíba, importante núcleo para a região) quanto pela concentração populacional e importância econômica, a atividade turística litorânea nunca saiu da agenda governamental.

Assim, a costa no Nordeste brasileiro apresenta-se como um ambiente, por excelência, rico em suas características naturais, sociais, estratégicas, econômicas, entre outras. Com a ocupação colonial ocorrida na faixa litorânea, a hierarquia urbana se configura nestas áreas já que o litoral começa a ter outros usos, principalmente ligados aos de lazer, como o turismo litorâneo e vilegiatura marítima.

O turismo a beira mar vincula-se à escala urbana já existente, criando novas dinâmicas urbanizadoras como fontes de recursos financeiros (estatais e privadas) que se relacionam com outras lógicas citadinas. Por isto que, inicialmente, o turismo litorâneo se concentrou nas capitais estaduais e grandes cidades, passando à uma lógica de metropolização, para posteriormente, chegar ao “espraçamento” destas mesmas dinâmicas.

É notadamente em meados do século XX, que o turismo litorâneo no Nordeste brasileiro inicia seus fluxos – primeiramente de modo tímido – concentrados nas capitais estaduais que tinham maior aporte de infraestrutura e de empreendimentos turísticos (leiam-se hotéis, pousadas, entre outros). O turismo se consolida com o tecido urbano e metropolitano, que promoverá, posteriormente, os efeitos de uma periurbanização, incorporados a estes processos urbanos solidificados.

Dessa maneira, a maioria das cidades que se destacam pela importância econômica e de população, estão localizadas no litoral, que nos anos 1980-90 tem seus fluxos econômicos e de infraestrutura ligados ao turismo litorâneo, ou seja, à metropolização/regionalização. O mapa 1 mostra

¹ Dantas (2002,2009) ao discutir a litoralização no Brasil e nas cidades da América Latina considera que no contexto brasileiro, as elites regionais desprezavam o litoral principalmente pelo seu aspecto vinculado aos portos, que tinham pessoas mais pobres, sujeira de mercadorias perecíveis e não perecíveis, além da habitação simples que se localizavam em áreas menosprezadas pelas classes mais abastadas. “Nesse aspecto, o autor cita a cidade de Fortaleza que, nos seus planejamentos governamentais do século XIX, cresceu dando as ‘costas para o mar”, promovendo uma série de modificações urbanas que impactam até hoje. Tais condutas modificar-se-iam, ainda mais, no final do século XIX e início do século XX, com o advento “cultural” da Belle Époque que em outras características valorizava o litoral quanto ao uso de lazer, baseado especialmente no turismo e vilegiatura marítima) que possui laços intrínsecos com a Inglaterra, França e Itália, importantes Estados tanto na Antiguidade, como nos novos fluxos atuais das práticas relacionadas ao lazer. (ARAÚJO,2012).

o panorama populacional e a distribuição das principais cidades do Nordeste brasileiro no início dos anos 1990.

MAPA 1 – PRINCIPAIS CIDADES DO NORDESTE BRASILEIRO – 1991

Principais cidades e população no Nordeste brasileiro - 1991



Fonte: IBGE, 2015.

Pelo que vemos no **mapa 1**, a população das cidades com as melhores posições econômicas no Nordeste brasileiro estão localizadas no litoral – devido, entre outros motivos, à consolidação da hierarquia urbana das atividades econômicas anteriores – em que se destaca Pernambuco com suas cidades Olinda, Recife, Paulista, Jaboatão dos Guararapes localizadas na faixa litorânea pernambucana - em uma “rede urbana estadual” de importância diferenciada no próprio Nordeste, influenciado diretamente os estados de Paraíba e Alagoas, segundo dados de polarização do próprio IBGE (2007).

Por outro lado, nos outros estados temos as capitais estaduais – e em sua maioria regiões metropolitanas. Alguns casos são considerados como metrópoles, excetuando São Luís (MA) e Teresina (PI) – como as principais cidades de seus estados; e Imperatriz (MA), Mossoró (RN), Vitória da Conquista (BA), Caruaru (PE) localizados em porções territoriais no interior de seus estados.

É assim que o panorama do turismo no Nordeste brasileiro se apresenta nos anos de 1990: a concentração de recursos, população, infraestrutura nas capitais estaduais e em raros casos, em municípios que possuem infraestrutura como recursos relevantes para a construção de novas atividades econômicas, filiados ao jogo de interesses políticos intrarregionais.

Nesta questão, os planos governamentais relacionados ao turismo dos anos 1980-90 apresentam uma pertinência em relação às ações turísticas posteriores. Como o turismo consegue articular em escalas regionais e metropolitanas, a atividade econômica provoca impactos regionais e metropolitanos mais profundos que outras atividades econômicas.

É desta forma que os estados nordestinos – resistindo à falta de investimentos públicos e privados típicos dos anos 1980, a falência estatal e a então descentralização político-administrativa,

iniciam as primeiras ações governamentais relacionadas ao turismo nos anos 1960, mas apenas nos meados dos anos 1980, efetivam as ações diretamente turísticas.

Dessa maneira, as zonas litorâneas – com a ocupação inicial dos primeiros núcleos urbanos oriundos principalmente do fortalecimento das capitais estaduais – são os que mais recebem as importantes ações governamentais e posteriormente, da iniciativa privada, começando assim, uma nova fase de planejamento regional-espacial em caráter secundário a industrialização, porém, elas alicerçam uma nova atividade econômica para a região.

É neste contexto, que as principais ações governamentais relacionadas ao turismo são associadas à implantação de órgãos governamentais com a criação de planos que unem turismo e a urbanização/regionalização, reforçando as rugosidades espaciais já existentes. Tais questões partem das especificidades de cada cidade que fará parte das características peculiares da “concorrência turística” dos lugares nas décadas posteriores.

Assim, com a agropecuária e a indústria em decadência e a falta de investimentos estatais nos anos 1980, os estados nordestinos entram em uma “guerra fiscal” e “concorrência direta” de atividades econômicas, nas quais o turismo terá um papel fundamental nas novas lógicas de planejamento governamental e socioespaciais.

Neste panorama, nos anos 1960-1970 iniciam-se as primeiras ações governamentais relacionadas ao turismo no Nordeste brasileiro, exclusivamente direcionadas à criação de órgãos turísticos e/ou articulação/agregação aos outros existentes com planos e programas específicos relativos ao turismo. Os estados nordestinos localizados ao norte/leste da Região Nordeste destacam-se como os pioneiros, como Alagoas, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e posteriormente, Paraíba, Ceará e Sergipe.

Podemos então, definir duas características fundamentais nas primeiras ações do turismo no Nordeste brasileiro: a) a primeira, que é do período 1960-70 e se caracteriza pela criação e agregação de órgãos governamentais relacionadas ao turismo quanto à escala estadual, destacando-se o pioneirismo de Maceió que já tinha um plano específico da capital em 1961; b) a segunda, que é do período 1970-80, onde se evidencia, principalmente, a formação de planos e programas específicos priorizando entre outros lugares, os espaços litorâneos e aqueles que possuíam patrimônios históricos, principalmente nas cidades de Salvador (BA), João Pessoa (PB), Recife e Olinda (PE). (Ver tabela 1)

TABELA 1 – PRIMEIRAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS DO TURISMO NO NORDESTE BRASILEIRO (ANOS 1960 – 80)

Anos	Estado	Escala Governamental	Ação Específica
1961	Alagoas	Estadual	Plano Turístico de Maceió
1966	Bahia	Estadual	Departamento de Turismo
1967	Pernambuco	Estadual	Criação da Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR)
1968	Alagoas	Estadual	Criação do Conselho Estadual de Turismo
1968	Pernambuco	Estadual	Criação da Empresa Metropolitana do Turismo de Recife
1970	Pernambuco	Estadual	Centro Permanente de Turismo
1970	Pernambuco	Estadual	Preservação do Patrimônio Histórico de Recife e

			Olinda
1972	Rio Grande do Norte	Estadual	Empresa de Promoção do Turismo do Rio Grande do Norte - EMBROTUR
1972	Bahia	Estadual	Empresa Estadual de Turismo da Bahia
1974	Bahia	Estadual	Centro de Convenções do Turismo
1975	Paraíba	Estadual	Criação da Empresa Paraibana de Turismo
1976	Paraíba	Estadual	Plano de Desenvolvimento Turístico
1983	Paraíba	Estadual/Federal	Investimentos e Financiamentos de hotéis no litoral de João Pessoa
1984	Alagoas	Estadual	Primeiro Terminal Turístico de Alagoas
1985	Paraíba	Estadual	Preservação do Patrimônio Histórico de João Pessoa
1986	Rio Grande do Norte	Estadual	Criação do Plano Parque das Dunas – Via Costeira
1988	Alagoas	Estadual/Federal	Preservação do Patrimônio Histórico de Maceió e seu entorno
1988	Paraíba	Estadual	Incentivos para construção de megaprojetos turísticos – Complexo Turístico Costa do Sol
1988	Paraíba	Estadual	Criação e consolidação do Projeto Costa do Sol
1989	Ceará	Estadual	Criação do Programa de Desenvolvimento Prioritário do Litoral Cearense (PRODETURIS)

FONTE: BNB, 2005; IBGE, 2010; MTUR, 2014.

Assim, com as primeiras ações governamentais que direcionavam o turismo nas escalas estadual e regional, os estados nordestinos – excetuando de certa forma, o Maranhão e Piauí – passaram por transformações socioespaciais relevantes notadamente quanto à sua orla marítima e os aspectos urbanos. Várias outras cidades, localizadas especialmente no litoral dos estados e/ou aqueles que já possuíam *rugosidades funcionais* na hierarquia urbana participaram de forma mais ativa na criação de novos fluxos turísticos que se ampliaram nos anos 1980-90.

A urbanização litorânea – atrelada à atividade turística – fixa-se em quase todo o Nordeste brasileiro, unindo cidades e localidades que são formadas e/ou adaptadas aos novos fluxos turísticos que se juntam também à outras escalas econômicas, como a lógica imobiliária através dos empreendimentos turísticos, as segundas residências e/ou imóveis de uso ocasional, formando a vilegiatura marítima.

A urbanização litorânea possui um papel fundamental no crescimento econômico tanto no âmbito metropolitano como regional, reforçando os investimentos privados,

Tomados em conjunto tais números de investimentos em infraestrutura urbana e regional – inicialmente focalizados nas áreas turísticas – tiveram significativo impacto na rede urbana metropolitana dos grandes centros nordestinos, seja pela alteração nas relações entre centro (polo) e os demais municípios litorâneos, pela possibilidade da inserção de novos negócios

privados não apenas na hotelaria, mas sobretudo na oferta de novos serviços e na dinâmica imobiliária regional. (...) as tradicionais sedes metropolitanas passaram a estabelecer novos vínculos na rede urbana metropolitana considerando a faixa litorânea da zona de praia como o espaço mais dinâmico, em detrimento das sedes rurais no interior dos municípios. Uma conurbação costeira, composta por uma estreita faixa de terra urbanizada com hotéis, pousadas, segunda residências, flats, condomínios, entre outros, conectou diretamente os incipientes distritos em novos atrativos internacionais. (SILVA, 2011, p.5)

Temos aqui, as primeiras análises espaciais do turismo no contexto metropolitano e regional em que se chega à uma formação do “imobiliário-turístico” que seriam as estratégias e articulações de agentes sociais que visam reconfigurar territorialmente, com a eficiência do acúmulo de capital e a permanência de fluxos, permitindo a ampliação de recursos como atratividade de empreendimentos com finalidades específicas ou afins ao turismo, dando assim, novas características as estas localidades e ao seu próprio turismo. (SILVA, 2010)

Tais estudos são reflexos dos primeiros indícios analisados pelo Observatório das Metrôpoles (2011) que examina os efeitos comparativos do Turismo nas metrôpoles de Natal, Fortaleza, Recife e Salvador. Pois, como se percebe, o turismo se une às lógicas espaciais de forma intensa nos anos 1990-2000. Justifica-se, então, a necessidade de pesquisas voltadas à amplitude turística no Nordeste brasileiro que como temática apresenta-se como de relevância científica, técnica e governamental.

Neste sentido, especialmente as metrôpoles nordestinas e de forma secundária, as grandes e médias cidades, passam por estratégias de cooperação entre os municípios com novas demandas e métodos que são gestadas a partir das adaptações realizadas, tanto no âmbito estadual como no metropolitano. O lazer no litoral, mesmo não incluído no cerne das ações estratégicas do âmbito metropolitano e regional (de forma totalitária) permanece fortalecido nos anos 1990, com importantes ações que propiciam a (re)produção do espaço urbano/regional formando espacialidades metropolitanas de níveis regionais. (PEREIRA, 2013).

Em outras palavras, defendemos que o turismo se apresenta como um vetor de desenvolvimento bem como de planejamento governamental que *reinventa* e forma as novas lógicas das hierarquias urbanas regionais, resultantes principalmente, das atividades agropecuárias (notadamente nos séculos XVII, XVIII e XIX) e pela emergência da industrialização planejada particularmente pela SUDENE, ainda no século XX, nas décadas de 1950-60. Com o redimensionamento das posições urbanas do Nordeste brasileiro, as metrôpoles regionais passam a ter um papel de destaque nas mais importantes decisões socioespaciais, confirmando assim, novas lógicas hierárquicas, ofuscando possíveis polarizações de metrôpoles classificadas como superiores, casos como o de São Paulo e Rio de Janeiro. (PEREIRA, 2014).

O final dos anos 1980 e início dos anos 1990 ressalta-se o “turismo” como atividade econômica emergente em quase todos os estados nordestinos, onde vários fluxos turísticos de demanda estadual, regional e nacional são forjados a partir da infraestrutura urbana já firmada como aquelas que foram planejadas pelos planos e programas governamentais do mesmo período.

Desta forma, tanto os fluxos turísticos no Brasil como os do Nordeste, se unem na captação e recepção de fluxos originários das metrôpoles e grandes cidades brasileiras, influenciando a consolidação da hierarquia urbana, excetuando-se São Paulo e Rio de Janeiro por suas relevâncias internacionais.

Assim, o **mapa 2** mostra os principais destinos turísticos no Nordeste brasileiro nos anos 1990, em que se pode perceber o destaque das capitais estaduais e das metrôpoles perante a sua recepção de turistas, como a de emissão tanto na lógica intraestadual como inter-regional. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2005).

MAPA 2 – PRINCIPAIS DESTINOS TURÍSTICOS NO NORDESTE BRASILEIRO – 1990

Fonte: FONTE: MTUR, 2014, SETUR/CE, 2013, EMBRATUR, 2003

Assim, segundo a síntese de dados do MTUR (2014), SETUR/CE (2013) e EMBRATUR (2003), explicitados no mapa 2, mostramos que as únicas cidades que possuíam fluxos turísticos maiores que 100 mil turistas nos anos 1990 eram apenas as capitais estaduais Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju e Salvador, sendo que Teresina (PI) e São Luís (MA) além de outras cidades também não citadas possuíam fluxos menores que 100 mil turistas.

Tais fluxos são direcionadas principalmente à cidade de Salvador (que possuía fluxos similares à 800 mil turistas/ano, sendo que no Carnaval este número alcançava proporções expressivas e Fortaleza que possuía cerca de 295 mil turistas, segundo dados do EMBRATUR (2003) enquanto as outras capitais estaduais possuíam fluxos entre 100 mil e 300 mil turistas.

É a partir das primeiras ações governamentais dos estados que são formados vários tipos de programas e planos governamentais estaduais para o planejamento espacial turístico do estado do Ceará, no qual o litoral representa um papel especial nas estratégias abordadas pela maioria dos estados, priorizando ações como recursos financeiros para as zonas litorâneas.

Assim, na maioria dos projetos e planos estaduais associados ao turismo, encontraremos três características predominantes:

- A prioridade de investimentos nos estados que possuíssem economia e/ ou projetos mais sólidos. Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia e Pernambuco apresentam-se com um papel fundamental na hegemonia dos recursos de municípios envolvidos;
- A primazia nas capitais estaduais e municípios litorâneos vinculados à região metropolitana, os investimentos em urbanização de orlas marítimas, bem como de sinalização turística e de patrimônio histórico e ambiental;

- c) Em efeito secundário e posterior, há aporte em áreas que não possuem investimentos diretos de turismo, mas são em sua maioria, litorâneos. Predominam aqui a “expansão” da atividade turística nos estados como reforço da urbanização/metropolização/regionalização destas áreas;

Temos assim um planejamento governamental nas escalas locais, estaduais e regionais. A urbanização litorânea possui um papel crucial para articular as mais variadas escalas econômicas, desde o setor imobiliário, comércio e serviços como o fortalecimento do próprio setor turístico. Então, se ações são iniciadas pelos governos estaduais, o federal estabelece uma política governamental de ampla escala com gama de recursos da ordem de US\$ 800 milhões.

Se o uso dos recursos financeiros governamentais começa a ser planejado e direcionado ao turismo, percebe-se, segundo Dantas (2006), a relevância do discurso político sobre a atividade econômica e sua nova aproximação com a sociedade-natureza no Nordeste brasileiro: se por um lado, o “sol” era visto como principal problema da região, o elemento natural passa a ser um dos principais fatores de atração de fluxos turísticos.

No Nordeste brasileiro as possibilidades de sucesso no incremento do turismo encontram esteio nos belos recursos paisagísticos litorâneos, atrativo principal que movimenta o turismo de massa e traz consigo o tão propalado desenvolvimento local, seja este orientado por seus aspectos econômico, social, socioespacial, sustentável ou endógeno. O turismo, como discurso político, é hoje uma das principais atividades econômicas para alçar esta região a uma região desenvolvida. Conjugou-se para isso, além da expansão da atividade em nível mundial a partir de suas repercussões econômicas, programas governamentais como o PNMT e o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste - PRODETUR/NE, ainda em voga, e a credulidade de que, comparado ao desempenho da atividade em outros locais, regiões e países é possível, a partir desta, melhorar a qualidade devida das comunidades receptoras. (ENDRES, 2008, p.75)

O alinhamento dos discursos políticos e a criação de novos imaginários – em escalas municipais, estaduais e federais – foram essenciais para a materialização deste planejamento oficial integrado do turismo ligado à urbanização, metropolização e regionalização. O turismo entra como um fator de desenvolvimento local/regional desde as mais pequenas localidades até as capitais e grandes cidades, como incremento econômico e/ou alternativa financeira para as crises perante às atividades tradicionais ainda nos anos 1980. (DANTAS, 2002).

É nesse contexto que o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) se firma como a principal política governamental de Turismo no Brasil que, posteriormente dividido em várias áreas e/ou regiões, compõe o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR/NE), com aporte de US\$ 800 milhões investidos em mais diversos estados.

O PRODETUR I é criado em 29 de novembro de 1991, mediante Portaria conjunta 1, pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e EMBRATUR, para financiar vários investimentos de infraestrutura básica em diversos estados, predominantemente litorâneos, sendo estruturado por sete componentes: Desenvolvimento Institucional, Saneamento Básico, Proteção e Recuperação Ambiental, Transportes, Recuperação de Patrimônio Histórico, Melhoramento de Aeroportos e Elaboração de estudos e Projetos. (BNB, 2005)

Assim, o PRODETUR I destaca-se como o programa turístico que define o Nordeste brasileiro (...). Além dos investimentos públicos de infraestrutura, a iniciativa privada, estimulada por essas novas configurações políticas, reforça investimentos turísticos em quase todo o litoral nordestino. Esse contexto de valorização turística nos anos entre 1990 e 2000 é de tal relevância que outras fases do PRODETUR (PRODETUR II e Nacional) são aprovadas posteriormente, no

intuito de reforçar o papel do Estado para o desenvolvimento turístico e conseguir atrair cada vez mais fluxos e investimentos turísticos. (ARAÚJO, 2012, p.66)

O programa tem um papel primordial no fortalecimento do Turismo como uma atividade econômica de ordem governamental, e que, a partir dos anos 1990 recebe da iniciativa privada recursos e investimentos de origem estrangeira. Nos anos 2000 este segmento ocupará uma posição de destaque na implantação de grandes empreendimentos hoteleiros e/ou turísticos na região.

Assim, o PRODETUR/NE I investe em múltiplos setores nos estados nordestinos, notadamente na construção e ampliação de aeroportos (Salvador, Fortaleza, Parnamirim, São Luís, Aracaju, Porto Seguro, com cerca de 35,7% dos investimentos totais, seguidos de saneamento básico em diversos municípios com 25,8%, e a construção e ampliação de rodovias com 18,2% dos recursos.

Segundo dados do BNB (2005) tais investimentos foram distribuídos de formas desiguais obedecendo, estritamente, os projetos realizados pelos Governos Estaduais em “contrapartida” aos investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Em suma, os planos deveriam ter aportes financeiros tanto de origem federal quanto do próprio tesouro estadual. Nesse caso, Bahia e Ceará tiveram os maiores recursos na primeira fase do PRODETUR/NE I, seguidos por Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Maranhão, entre recursos de US\$ 40 a 50 milhões. Nesse caso, todos os estados tiveram recursos oriundos do PRODETUR/NE I com dados de US\$ 21 à US\$ 215 milhões, conforme **tabela 2**.

TABELA 2 – RECURSOS FINANCEIROS DO PRODETUR/NE I E LITORAIS DOS ESTADOS NORDESTINOS

Estado	Recursos em milhões US\$	Total dos recursos (%) no NE	Extensão do Litoral (em km)	Média de Recursos por km de litoral
Bahia	215,01	34,33%	932	230.697,00
Ceará	142,26	22,72%	573	248.280,00
Sergipe	50,75	8,10%	163	311.390,00
Alagoas	43,36	6,90%	229	189.380,00
Pernambuco	41,97	6,70%	187	224.460,00
Maranhão	40,94	6,53%	640	63.980,00
Rio Grande do Norte	38,24	6,10%	410	93.270,00
Paraíba	32,78	5,24%	117	280.190,00
Piauí	21,12	3,38%	66	320.040,00
TOTAL:	626.47	100,00%	3.317	189.000,00

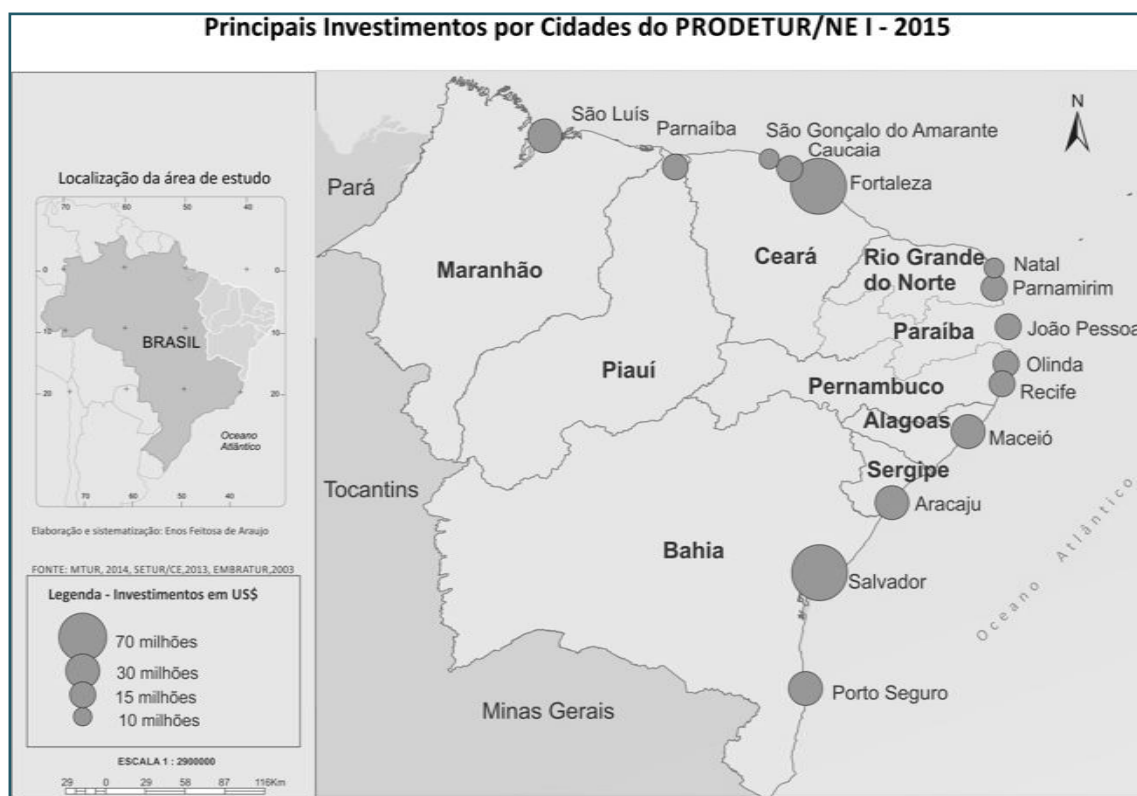
FONTE: BNB,2005.

Com a concentração de recursos financeiros predominantemente nos estados da Bahia e do Ceará, estes começaram a formar fluxos consideráveis nos anos 1990 pelas suas políticas mais agressivas perante o “turismo regional” tanto em fluxos internacionais como os nacionais. Várias ações e propagandas na mídia nacional fixaram a “imagem” de que tais estados seriam destinos turísticos relevantes na região Nordeste. (DANTAS,2008)

A ligação da imagem turística relaciona-se prioritariamente às grandes cidades - mais ainda as metrópoles – como é o caso de Fortaleza (CE) e Salvador (BA) que por serem as duas maiores cidades da região, tanto em economia quanto na concentração populacional, somam espaços metropolitanos à lógica metropolitana. No caso cearense, temos Fortaleza, Aquiraz, São Gonçalo do Amarante e Caucaia, todos localizados na RMF, enquanto na Bahia temos como destaque Salvador e os municípios localizados no *Recôncavo Baiano* como Porto Seguro, localizado mais ao sul do estado e da capital.

Nos outros estados, percebe-se a hegemonia das capitais estaduais como de algumas cidades médias e/ou que possuem proximidade direta com a região metropolitana (como os casos de Parnamirim (RN) e de Olinda (PE) e o de Parnaíba (PI) – importante cidade litorânea na história do Piauí, porém isolada da capital Teresina) solidificando a hierarquia urbana regional com a urbanização litorânea como vemos no **mapa 3**:

MAPA 3 – PRINCIPAIS INVESTIMENTOS POR CIDADES DO PRODETUR/NE I – 2015



FONTE: MTUR, SETUR/CE, EMBRATUR (2003)

Dessa forma, ao percebemos que as áreas com maiores investimentos são aquelas localizadas na franja metropolitana e/ou áreas econômicas já estabilizadas, o turismo reforça seu papel urbanizador do Nordeste brasileiro, perpassando por investimentos em infraestrutura ligada à urbanização; a construção e ampliação de rodovias terrestres; o saneamento básico; constituição de áreas de proteção ambiental; construção e ampliação de aeroportos e a preservação de patrimônio histórico.

Assim, se o turismo é compreendido pela exploração midiática e pelo “senso comum” como uma atividade econômica de caráter diferenciado em relação aos outros serviços considerados tradicionais, percebemos que no âmbito do planejamento governamental, o turismo torna-se mais uma atividade econômica de caráter regional-metropolitano que possui um papel essencial – semelhante às

outras fases do planejamento governamental – na consolidação da urbanização dos espaços litorâneos e metropolitanos.

CONCLUSÕES FINAIS

É com este papel inicial de vetor urbanizador – *leia-se urbanização litorânea vinculada ao turismo* – que o turismo possui um papel indispensável para a confirmação das escalas urbanas da produção espacial/regional do Nordeste brasileiro nos anos 1990. Se temos nos anos 1970-80, a produção regional associada à industrialização vê-se nos anos 1980-90 o turismo como atividade prioritária – especificamente nas áreas litorâneas – articulado à outras atividades tradicionais adaptadas as novas formas econômicas do mercado mundial.

No panorama dos anos 1990-2000 o papel do turismo, referente aos aspectos regionais-metropolitanos, é firmado nos espaços litorâneos – ainda mais pela hierarquia urbana – avançando por novas formas no Nordeste brasileiro. Novas localidades litorâneas e outras “adaptadas” à esta urbanização diferenciada são forjadas em vários estados para atender à crescente demanda de fluxos turísticos, que por sua vez, origina-se tanto dos fluxos metropolitanos locais-regionais, como nas relações nacionais e internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, E. F. **As políticas públicas do turismo e os espaços litorâneos na Região Metropolitana de Fortaleza**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Geografia – Programa de Pós Graduação em Geografia, Fortaleza, 2012, 187 f.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL**. Relatório final do PRODETUR NE. Brasília, 2005.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL**. Introdução ao relatório final do PRODETUR NE. Brasília, 2005.
- BENEVIDES, I. P. **Turismo e Prodetur**: dimensões e olhares em parceria. Fortaleza: EUFC, 1998.
- DANTAS, E. W. C. Construção da imagem turística de Fortaleza/Ceará. **Mercator**. Ano 1, nº01, Fortaleza, 2002 p.53-60.
- _____. Nordeste brasileiro fragmentado: de uma região com bases naturais a uma de fundamentação econômica In: **Litoral e Sertão**, natureza e sociedade no nordeste brasileiro. 1. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.
- _____; PEREIRA, A. Q. ; PANIZZA, A. Urbanização litorânea e Vilegiatura Marítima nas Metrópoles Nordestinas Brasileiras. **Cidades** (Presidente Prudente), v. 5, p. 14-34, 2008.
- _____; COSTA, M. L.; SILVA, J. B. da. **De cidade à metrópole**: (trans) formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: EDUFEC, 2009.
- EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO**, Dados de turismo, 2003.
- ENDRES, A. V. Políticas de turismo, desenvolvimento e o papel do Estado: cenários e inquietações. **Revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC**. Vol.5, n.1, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Regiões de influência das cidades, 2007.
- KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2009.
- MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2005.

PEREIRA, A. Q. . Quatro Décadas de Transformações: A vilegiatura marítima no litoral metropolitano de Fortaleza, Ceará Brasil Quatre Décennies De Transformations: La villégiature maritime sur la côte métropolitaine de Fortaleza, Ceará- Brésil.Four Decades Of Transformations: The maritime summer vacation in the metropolitan coast of Fortaleza, Ceará Brazil. Confins (Paris), p. 1-19, 2013.

_____. A urbanização vai à praia: vilegiatura marítima e metrópole no nordeste do Brasil. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2014. 202p.

SILVA, A.F.C. Investimentos estrangeiros no Nordeste e o imobiliário turístico. In: DANTAS, E.W.C; FERREIRA, A.L; CLEMENTINO, M.L.M. **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

_____. **O Litoral e a metrópole dinâmica imobiliária, turismo e expansão urbana na região metropolitana de Natal-RN**. Tese (doutorado), Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN,2011.